

## COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA

### CNPJ: 76.495.696/0001-36

#### NOTA 20 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS:

	2019	2018
<b>Despesas de Comercialização</b>		
De recuperação de unidades	604.772,69	226.933,33
De divulgação e propagação	2.610,00	12.873,00
De registros e escrituras	157.181,91	50.605,73
Outras Despesas	252.994,61	443.471,50
	<b>1.017.559,21</b>	<b>733.883,56</b>
<b>Despesas de Produção</b>		
Planejamento e Elaboração de Projetos	7.671,43	5.663,61
Licitação	0,00	3.800,00
Outras Despesas	12.652,87	17.295,69
	<b>20.324,30</b>	<b>26.759,30</b>
<b>Despesas de Gestão de Créditos</b>		
Taxas e Comissões	20.751,64	21.136,03
FCVS Negativa de Cobertura pela CEF	0,00	0,00
FCVS - Responsabilidade Agente	0,00	0,00
Outras Despesas de Gestão de		
Créditos	4.975.987,87	373.916,51
	<b>4.996.739,51</b>	<b>395.052,54</b>
<b>Despesas de Desenvolvimento Comunitário</b>		
Auxílio moradia	166.500,00	229.600,00
Outras Despesas	0,00	0,00
	<b>166.500,00</b>	<b>229.600,00</b>
<b>Despesas Judiciais</b>	<b>14.010.822,40</b>	<b>18.309.368,86</b>
<b>Total</b>	<b>20.211.945,42</b>	<b>19.694.664,26</b>

#### NOTA 21 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	2019	2018
<b>Despesas de Pessoal</b>		
Salários e ordenados	10.744.441,65	10.965.347,61
Honorários e gratificação da diretoria	622.549,71	631.854,37
Gratificação	5.747.775,92	6.658.526,42
Adicional tempo de serviço	1.757.970,22	1.805.297,52
Indenizações (PDV)	0,00	9.318.971,41
Férias e 13º Salário	5.213.767,58	5.758.240,51
Vantagem de pessoal	7.531.751,58	8.055.873,85
Estagiários e aprendizes	715.593,30	462.612,74
Ressarcimento de funcionários cedidos	-3.571.503,17	-3.550.387,44
	<b>28.762.346,79</b>	<b>40.106.336,99</b>
<b>Encargos de pessoal</b>		
INSS	4.872.705,89	5.829.760,64
FGTS	1.486.659,38	1.781.635,08
Ressarcimento de funcionários cedidos	-970.864,80	-1.736.677,34
	<b>5.388.500,47</b>	<b>5.874.718,38</b>

#### NOTA 22 – SEGUROS:

Os bens do ativo permanente, estoques, acervo documental e instalações contam com a cobertura de seguro, cujos valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

#### NOTA 23 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT Rua Barão de Rio Branco, 45 – Centro – Curitiba – PR Telefone: (41) 3221-8100 - Site: www.cohab.pr.gov.br CNPJ.: 76.495.696/0001-36

##### 1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

##### 2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 10, com exceção dos terrenos registrados no imobilizado, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2) Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A Companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos demais bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame. Página 3 de 21

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### 3) Ênfase:

###### 3.1) Continuidade do Negócio

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, vem consumindo o "capital próprio" aumentando recorrentemente a cada ano os prejuízos acumulados.

###### 3.2) Eventos Subsequentes

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 24 que passamos a transcrever:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

##### 4) Outros Assuntos

###### 4.1) Relatório da Administração

A administração da COHAB/CT é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Página 4 de 21

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

###### 4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossa empresa, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 25 de abril de 2019, com modificação de opinião.

###### 5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COHAB/CT continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COHAB/CT ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com

responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

##### 6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COHAB/CT.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COHAB/CT a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba/PR 22 de junho de 2020.

#### AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O-2 "S" PR  
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" PR  
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" PR

Thomaz de Aquino Pereira  
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" PR

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento ao artigo 163 da Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, o Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas às demonstrações contábeis e Relatório Anual da Administração. Fundamentados nesse exame, amparados no parecer emitido pelos Auditores Independentes da Empresa Audimec Auditores Independentes S/S e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda os aspectos abordados e registrados em Ata de Reunião específica para essa análise, realizada em 14 de junho de 2020, o Conselho Fiscal é de parecer favorável pelas demonstrações contábeis da Companhia, estando tais relatórios em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Carlos César Calderon  
Conselheiro Fiscal

Cássio Rezende Lemos  
Conselheiro Fiscal

José Lupion Neto  
Presidente  
CPF: 359.762.259-34

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF: 401.493.589-20

Camile Ayako Zuffo Koike  
Contadora Responsável – CRC/PR 059.633/O-9  
CPF: 041.784.829-39

# TRIBUNA



## 3321-8531

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

# QUER ANUNCIAR?

## SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

